

INDÚSTRIAS EM PEQUENAS CIDADES: OS CIRCUITOS ESPACIAIS DA PRODUÇÃO E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO: O CASO DA AGLOMERAÇÃO URBANA DE PIRACICABA-SP

INDUSTRIES IN SMALL CITIES: THE SPACE CIRCUITS OF PRODUCTION AND COOPERATION CIRCLES: THE CASE OF THE URBAN AGGLOMERATION OF PIRACICABA-SP

Mauricio Lovadini¹

RESUMO

Este artigo objetiva analisar o significativo crescimento de instalações de indústrias em pequenas cidades, a partir do recorte espacial da aglomeração urbana de Piracicaba-SP. Tendo em vista a necessidade da reprodução combinada e desigual do capital, as pequenas cidades são cada vez mais requisitadas para abrigar unidades fabris. Dentro de um processo histórico de reestruturações das grandes corporações, novas formas de produção foram se estabelecendo, mesclando gradualmente o modelo fordista para uma produção flexível. No que tange o território paulista, região considerada como um múltiplo complexo industrial territorial, as reestruturações aumentaram significativamente, dando início a uma relativa desconcentração industrial intrincada em uma rede urbana composta por circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação, no qual as cidades médias e, mais recentemente, as pequenas, passaram a atrair unidades produtivas dos mais diversos setores. Nesse contexto, o governo do Estado de São Paulo, a partir de critérios políticos administrativos, estabeleceu as aglomerações urbanas, visando uma melhor gestão do território. O recorte espacial é o aglomerado urbano de Piracicaba composto por 22 cidades, no qual 17 delas são consideradas pequenas cidades.

¹ Mestrando/ Programa de pós-graduação em Geografia - UNESP-Rio Claro
mauriciolovadini@gmail.com

Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XIII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 15(0):101-120, jan./jun. 2017 (ISSN 1678—698X)

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

Palavras- Chaves: Indústrias. Pequenas cidades. Internacionalização do capital. Aglomeração urbana de Piracicaba. Reestruturação produtiva.

ABSTRACT

This work aims to elucidate the significant growth of industrial facilities in small cities, based on the spatial clipping of the urban agglomeration of Piracicaba-SP. Due to the need for combine restructuring and capital inequality in search of combined and unequal production; small towns are increasingly required to house manufacturing units. Within a historical process of restructuring large corporations, new forms of production were established, gradually merging the Fordist model into flexible production. Regarding the territory of São Paulo a region considered as a large industrial complex, restructuring has significantly increased the relative industrial de-concentration in an urban network composed of space's circuits and cooperation circles from which medium and larger cities started to attract productive units of the most diverse sectors. In this context, the government of the State of São Paulo based on administrative and political criteria established the urban agglomerations seeking better management of the territory. The research area is the urban agglomeration of Piracicaba which is composed of 22 cities, in which 17 of them are considered small cities.

Keywords: Industries. Small cities. Internationalization of capital. Urban agglomeration of Piracicaba. Productive restructuring.

INTRODUÇÃO

Com os constantes processos de reestruturação do capital, novas configurações espaciais vão se consolidando de acordo com as necessidades de expansão e acumulação, inerentes ao modo de produção capitalista.

Nesse sentido, o processo de internacionalização do capital criou novas divisões territoriais do trabalho, alavancado pela expansão das multinacionais para os países considerados periféricos. Associadas a esse processo de expansão, novas formas produtivas foram surgindo, alterando gradualmente o modelo fordista para uma produção flexível e enxuta.

Essas novas configurações, intensificadas ao longo do século XX, acarretaram no Brasil uma relativa desconcentração industrial da metrópole paulista, território densamente povoado e de grande concentração industrial, abarcado por uma densa rede de fixos e móveis estabelecida por circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação, elementos promotores de concentração industrial. A relativa desconcentração industrial se dá pelo processo de reestruturação do capital, porém

em áreas não distantes da metrópole, abastecidas por redes de transportes e comunicações que abrangem cidades médias e pequenas não distantes mais que 200 km da capital paulista. Esse território foi denominado por Selingardi-Sampaio (2009) de Multicomplexo territorial industrial paulista.

Diante dessas transformações, as pequenas cidades passam a atrair indústrias dos mais variados ramos, que buscam vantagens comparativas para instalarem unidades fabris nestes municípios. Assim sendo, torna-se necessário debater o papel das pequenas cidades no contexto da globalização e no estado de São Paulo, especificamente tendo em vista a integração das mesmas no processo de divisão territorial do trabalho.

A análise proposta no texto abrange o recorte espacial da aglomeração urbana de Piracicaba-SP, unidade administrativa proposta pelo governo do Estado subordinada à Subsecretaria de assuntos metropolitanos. A unidade administrativa é composta por 22 municípios, sendo 17 deles considerados pequenas cidades, de acordo com critérios metodológicos e teóricos estabelecidos ao longo do texto. Desta forma, propõe-se uma análise das atividades industriais instaladas nas pequenas cidades da aglomeração urbana, evidenciando a importância destes municípios na integração nos circuitos espaciais da produção e nos círculos de cooperação.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL

Ao longo do século XX, o sistema capitalista passou por intensas transformações que alteraram estruturas de produção, promovendo novas configurações espaciais. O capital balizado pelas potências imperialistas – formadas fundamentalmente pela tríade EUA, Europa ocidental e Japão – atua sistematicamente para impor as suas necessidades por via hegemônica, de forma consentida ou por coerção. Nesse sentido, a fase atual do capitalismo, caracterizada por grandes conglomerados industriais e pelo poder do mercado financeiro, estabelece uma fusão contraditória entre a política do Estado e os interesses do capital, mediante uma lógica territorial de poder.

Em primeiro lugar, as motivações e os interesses dos respectivos agentes divergem. O capitalista que dispõe do capital financeiro deseja aplicá-lo onde quer que possa haver lucro, e tipicamente busca acumular mais capital. Os políticos e homens de Estado buscam tipicamente resultados que mantenham ou aumentem o poder de seus próprios Estados diante de outros Estados. (HARVEY, 2014, p.32).

É importante salientar que a lógica territorial e do capital diferem entre si, porém estão entrelaçadas na necessidade de se estabelecerem, mesmo que de forma contraditória, no qual “os processos político-econômicos são guiados pela estratégia do Estado e do império e que os Estados e o império sempre agem a partir de motivações capitalistas”. (HARVEY, 2014, p.34).

Nesse contexto, a divisão internacional do trabalho ganha novos significados, principalmente com a expansão das multinacionais para os países em desenvolvimento, complexificando a internacionalização do capital que se pautava, anteriormente, na relação de países subdesenvolvidos como meros exportadores de matérias-primas e países desenvolvidos como exportadores e consumidores de produtos industrializados.

Tal complexificação tem início do final do século XIX e ganha força a partir da década de 1950, momento em que a expansão do capital produtivo se estabelece de forma mais intensa nos países em desenvolvimento. Este fenômeno deve-se a diversos motivos, entre eles, a necessidade de acumulação em escala ampliada e vantagens comparativas. Cabe destacar que a internacionalização do capital via expansão territorial das multinacionais se territorializa por uma “*centralização desconcentrada*” (SPOSITO; SANTOS, 2012, pág.36); tal fato deve-se à concentração de poder e decisão da matriz/sede das grandes corporações e de políticas de atratividade em países com capacidade de receber unidades produtivas/filiais das multinacionais.

O interesse de expansão produtiva do capital pelas multinacionais parte da lógica clássica marxista das relações capital dinheiro, capital mercadoria e capital produtivo, promovendo um intenso ciclo de reprodução.

O que fica evidente com a abordagem dos ciclos do capital é a necessidade, sempre crescente, de novos espaços para a continuidade do processo de acumulação. A busca por novos espaços é uma alternativa à crise de superacumulação e às contradições do modo capitalista de produção em economias maduras. A mundialização do capital é, por assim dizer, outra face do modo capitalista de produção. Portanto, desde meados dos anos 1970, com a crise de acumulação do capital que se instaurou nos países centrais, há um forte processo de internacionalização da produção tendo-se, como principal agente, as *EM (empresas multinacionais - grifo nosso)*. (SPOSITO; SANTOS, 2012, pág.28-29).

Diante do contexto da internacionalização do capital e da inserção de multinacionais no Brasil ao longo do século XX, propiciou-se a criação de circuitos espaciais da

produção e círculos de cooperação que, em um primeiro momento, promoveu uma concentração industrial na metrópole paulista e, posteriormente, após a década de 1970, uma relativa desconcentração industrial.

CIRCUITOS ESPACIAIS DA PRODUÇÃO, CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

No Brasil, o processo de expansão das multinacionais se intensificou na década de 1950, a partir de políticas desenvolvimentistas de atratividade do capital produtivo internacional, ancorado em uma sólida estrutura estabelecida fundamentalmente na década de 1930 pela política de substituição de importações promovida, por sua vez, pelo presidente Getúlio Vargas.

O estabelecimento das multinacionais no Brasil se deu de forma concentrada no território, sendo o Estado de São Paulo o grande receptor dessas grandes corporações. Merece ressaltar, portanto, o processo histórico das diversas espacialidades industriais construídas por ações sociais que promoveram condições de estabelecer objetos fixos e fluxos industriais fortalecendo uma grande aglomeração espacial da indústria, centralizada pela cidade de São Paulo.

Segundo Selingardi-Sampaio (2009, p. 21) estabeleceu-se, no Estado de São Paulo, uma densa teia de inter-relações de atividades industriais e processo sócio econômico ao longo do tempo, transformando esse espaço em um multicomplexo territorial industrial (metropolitano/urbano) paulista.

Estabelecimento de uma espessa trama de relações interindustriais, ou linkages (de insumo-produto e de prestação de serviços industriais, entre muitas outras formas de relações e solidariedades historicamente articuladas), intra-setoriais e intersetoriais, trama que, igualmente, foi estendida no espaço, contribui para caracterizar a aludida área como um denso espaço de fluxos e, entre muitas outras propriedades, atua como um conjunto de redes transmissoras de tecnologia conhecimento e inovação. (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, p.19).

O estabelecimento dessa densa rede de relações, estruturada por fixos e móveis, permitiu um processo de concentração industrial no entorno da metrópole paulista, tornando esse território o centro da produção do país, formando uma intensa

aglomeração industrial agregando regiões administrativas como Campinas, Santos, São José dos Campos e Sorocaba.

Para compreender a formação e consolidação do *multicomplexo territorial industrial paulista* é preciso levar em consideração dois conceitos importantes que elucidam essa intrincada e complexa rede de aglomeração industrial, quais sejam: os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação. “Estes são definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso oferecem uma visão dinâmica, apontando uma maneira como os fluxos perpassam pelo território”. (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p.143), e pelos círculos de cooperação que se articulam entre velhas e novas formas de produção no território.

Criam-se, assim, solidariedades entre elementos novos e herdados. Formas antigas de armazenagem convivem com novas formas de cultura e com novas formas de transporte e assinalam a cada momento histórico, distintas combinações técnicas e sociais do trabalho. (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p.144).

Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação são estabelecidos e recriados pelas constantes necessidades de reestruturação do capital, que buscam fluidez no território para materializar a incessante reprodução. Nesse sentido, principalmente a partir da década de 1970, o sistema produtivo passou por intensas transformações, mediante novas inovações tecnológicas promovidas por P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) predominantemente desenvolvidas nos países sedes das multinacionais, ou seja, nos países desenvolvidos, tendo em vista que, nos países em desenvolvimento, como os da América Latina, predomina a tecnologia de difusão “Com frequência são adaptadas tecnologias importadas ou são melhoradas as já existentes”. (LENCIONI, 2008, p.2)

Com o avanço de Pesquisas e Desenvolvidos, alicerçados pelo amplo avanço tecnológico no *meio técnico científico informacional* (Santos; Silveira, 2004, p.52), engendrados pela revolução técnico científica, os sistemas produtivos foram se transformando gradualmente e alterando o padrão de produção fordista para o de uma produção cada vez mais flexível.

Diante dessas novas formas de produção, o capital produtivo passa por constantes reestruturações que modificam de forma sistemática as formas de produzir, associando as já estabelecidas vantagens comparativas tradicionais, como mão de obra e recursos naturais, por exemplo, às novas vantagens comparativas dinâmicas, tais como: mão-de-obra especializada, serviços sofisticados, inovações, dentre outras.

A partir desse cenário de novas formas de produção, Mendes (1997, p. 43) elenca uma série de aspectos importantes para compreender as novas dinâmicas de produção utilizadas pelas multinacionais: a *desintegração vertical* do processo produtivo; a compra de insumos de serviços produzidos por terceiros; a *sinergia* entre os setores produtivos, as relações interindustriais ou *linkages*; mediante as subcontratações industriais e da relação entre fornecedores e clientes e as *networks*, promovendo um elo das atividades industriais entre produtores, clientes e fornecedores.

Tais reestruturações possibilitam às multinacionais estabelecerem economias de escala, com o aproveitamento de processo com redução do custo e, também, de economias de escopo. No que tange à questão territorial, merece ressaltar a relevância da disjunção espacial, ou seja, a capacidade que a indústria tem de separar os diferentes processos de produção em unidades produtivas espalhadas pelos circuitos espaciais da produção.

O processo de reestruturação também passa pela liberalização da economia, que se intensifica na década de 1990 no Brasil com a implantação de políticas econômicas neoliberais, seguindo o receituário do consenso de Washington pautado pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e pelo Banco Mundial, como o processo de privatizações, baseado em uma desnacionalização da indústria e transferência de patrimônios.

Foi nos anos 1990 que a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente em nosso país por meio da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação da *Lean production*, dos sistemas *Just-in-time* e *Kaban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, da transferência de plantas e unidades produtivas... (ANTUNES, 2006, p.18).

A reestruturação do capital gerou novos arranjos espaciais: as multinacionais, em busca de maior competitividade e redução de custos, passaram a transferir unidades produtivas para outras localidades, atraídas por vantagens comparativas dinâmicas. Tal fenômeno promoveu uma relativa desconcentração industrial na região metropolitana de São Paulo, uma vez que a cidade continua com uma concentração significativa de indústrias, amparada na densa rede de fixos e móveis estabelecidos pelos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação abrigando, por conseguinte, um significativo número de instituições de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento).

A concentração territorial da indústria inovadora e de alta tecnologia tem como centro a cidade de São Paulo, seguida da região metropolitana e do seu entorno e está conformada por quatro eixos de desenvolvimento ao longo das principais rodovias e que partem da cidade de São Paulo em direção à Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Santos. Isso significa, do ponto de vista industrial, o desenvolvimento de uma nova diferença entre o Estado de São Paulo e os demais estados do país. (LENCIONI, 2008, p.1).

O fenômeno da relativa desconcentração das atividades industriais da região metropolitana de São Paulo em sentido ao interior do Estado e outras regiões do Brasil foi provocado pela saturação da capacidade da metrópole em atender as necessidades de novas indústrias, tendo em vista o estrangulamento de infraestruturas e as dificuldades com trânsito, poluição, altos custos com impostos e mão de obra mais cara e altamente sindicalizada. Tais fatores promoveram uma deseconomia de aglomeração, incentivando a expansão das indústrias para o interior, mas com uma distância não superior a 200 km da metrópole e seu mercado consumidor, interligados pelos nodais de sistemas de transportes e comunicações.

Diante das mutações no sistema produtivo, pautadas pelas novas tecnologias, conhecimento, pesquisas e capital, as cidades passam a ter um novo papel nesse processo, adequando-se às novas estruturas organizacionais produtivas, atraindo diretamente as empresas de grande porte sem, necessariamente, uma relação imediata com a metrópole. Mendes (1991), pesquisando a industrialização no estado de São Paulo, constatou que muitas indústrias nacionais e estrangeiras foram implantadas em cidades médias localizadas próximas aos principais eixos de transportes (Rodovias: Anhanguera, Bandeirantes e Washington Luiz), sem relações com a metrópole paulistana.

É importante considerar, ainda, o Multicomplexo Territorial Industrial Paulista que, segundo Selingardi-Sampaio (2009, p.399), foi construído historicamente por meio de ações de atores e processos diversos em todas as escalas espaciais, do local ao global, entre os quais a industrialização é de precípua importância.

Lencioni (2004, p.75), analisando os novos rumos e as tendências da urbanização e da industrialização no estado de São Paulo, explica que a industrialização e a metropolização do espaço constituíram uma nova forma territorial, designada de cidade-região, que se fundamenta em estruturas novas e herdadas, desafiando o planejamento urbano e redimensionando o conceito de urbano e as clássicas divisões entre o intraurbano e o interurbano. De acordo com a autora, o território paulista se apresenta como um território- rede.

Diante deste contexto histórico de relativa desconcentração industrial em direção às cidades médias, é possível constatar que as pequenas cidades, que no passado

Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XIII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 15(0):101-120, jan./jun. 2017 (ISSN 1678—698X)

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

estavam fora do eixo de desconcentração industrial passam, recentemente, a atrair grandes indústrias de capitais externos (nacionais e estrangeiros), mesmo sem nunca terem tido tradição fabril.

A IMPORTÂNCIA DAS PEQUENAS CIDADES

As pequenas cidades sempre ocuparam, historicamente, uma posição inferior na rede urbana, com uma capacidade de redes de serviços e de produção industrial limitada aos grandes centros e cidades médias e, quase sempre, associadas ao meio rural.

Ao longo do século XX, tal situação tem sido alterada com as constantes transformações promovidas no interior do sistema capitalista e uma intensa evolução tecnológica que criam novas necessidades de fluidez para o capital em sua reprodução desigual e articulada. As pequenas cidades passam, assim, a desempenhar novas funções na divisão territorial do trabalho.

Definir o conceito de pequenas cidades não é uma tarefa fácil haja vista a possibilidade de cair em um reducionismo quantitativo. É preciso levar em consideração que as pequenas cidades possuem heterogeneidades e particularidades. Outro cuidado necessário está relacionado à hierarquização através de critérios políticos administrativos como regiões metropolitana, administrativas ou aglomerações urbanas.

No Brasil, segundo Corrêa (1999, p. 03), existe um número significativo de pequenas cidades, de tal forma que:

A elevada ocorrência de pequenos centros deriva, de um lado, de uma necessária economia de mercado, por mais incipiente que seja, geradora de trocas fundamentadas em uma mínima divisão territorial do trabalho.

Dessa forma, é importante considerar a importância das pequenas cidades e o seu papel na rede urbana, que se relacionam a partir da divisão territorial do trabalho.

Como parte de uma totalidade, não devem ser estudadas isoladamente, visto que, estão inseridas no processo de urbanização. Entretanto, seu valor de cidade não se perde com o avanço do capitalismo, pois seus significados são transformados e cada vez mais esses núcleos ganham um papel econômico como centros de

produção industrial, comercial, turística, etc. (JURADO DA SILVA, 2011, p.47).

As pequenas cidades, a partir de suas funções nas divisões territoriais do trabalho, estabelecem conexões com os mercados internacionais mediante a divisão territorial do trabalho e o processo de globalização, interligadas pelos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, atraindo e dinamizando o processo produtivo, levando sempre em consideração as suas particularidades e heterogeneidades.

Hoy existe la posibilidad de estar ligado con redes económicas internacionales y conocer el ritmo de los mercados mundiales. También la de conectarse desde ciudades pequeñas y actuar en red con otras situadas en diferentes lugares del mundo, a partir de una solidaridad de intereses. Lo cual significa que las redes de cooperación, que son indispensables con el entorno y con las ciudades próximas, también son posibles con otras lejanas, para objetivos comunes, buscando sinergias, solidaridades, saber compartido, mercados, publicidad común, intercambio de conocimientos. (CAPEL, 2009, p. 22).

Ao analisar o dinamismo das pequenas cidades não podemos classificá-las apenas pelo número de habitantes, pois estaríamos desconsiderando a centralidade e a importância que as mesmas desempenham na rede urbana. Todavia, cabe ressaltar que o número de habitantes também pode ser considerado como um dos diversos elementos de análise para compreender as transformações espaciais em pequenas cidades.

A classificação de pequenas cidades não é simples, tendo em vista a heterogeneidade das cidades brasileiras e as suas participações na rede urbana. Geralmente com população inferior a 50 mil habitantes são pouco expressivas na rede urbana e possuem, geralmente, estreita relação com o campo. Por não possuírem infraestruturas e outros serviços são, portanto, dependentes de centros urbanos de maior porte.

Mas essa realidade tem se alterado nos últimos anos; as cidades pequenas que antes tinham funções apenas político-administrativas passam a adotar novas funções tais como cidades-dormitórios, reservas de mão de obra e cidades industriais.

Para Fresca (2010, p. 80) é preciso compreender as relações de cada cidade e a sua importância dentro de um processo de divisão territorial do trabalho e a sua inserção em uma rede urbana para não cair em uma classificação simplista que

define como pequenas cidades, as com o número 20.000 habitantes. Nesse sentido, a autora destaca o seguinte:

“Não deixa de ser interessante encontrarmos cidades cujas populações urbanas oscilam em torno de 2.000 habitantes e aquelas onde tal número chega próximo dos 50.000 habitantes e ambas sejam consideradas pequenas [...]. (FRESCA 2001 *apud* JURADO DA SILVA 2011).

Com base no que foi exposto adotou-se, como critério de análise, o número de até 50.000 mil habitantes para pequenas cidades com o objetivo de compreender as novas configurações espaciais na aglomeração urbana de Piracicaba-SP.

UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: BREVE HISTÓRICO

Desde a promulgação da constituição de 1988, a responsabilidade da criação de regiões metropolitanas e de outras unidades regionais, como Regiões administrativas e aglomerações urbanas, passou a ser determinada pelas Unidades federativas.

No Estado de São Paulo, a primeira região metropolitana a ser instituída foi a de São Paulo, criada na década de 1970; além da região metropolitana de São Paulo, o Estado paulista possui mais quatro regiões metropolitanas, quais sejam: a região metropolitana da Baixada Santista, estabelecida em 1996; região metropolitana de Campinas, criada no ano 2000; região metropolitana do Vale do Paraíba e litoral Norte, no ano de 2012 e a região metropolitana de Sorocaba, implantada em 2014.

Além das regiões metropolitanas, o governo do Estado de São Paulo estabeleceu duas unidades regionais dentro de uma hierarquia político administrativa das regiões metropolitanas, chamadas de aglomerações urbanas. Atualmente, foram criadas duas unidades administrativas desse tipo, sendo a aglomeração urbana de Jundiaí, instituída no ano de 2011 e a aglomeração urbana de Piracicaba, estabelecida em 2012, sendo essa última, o foco da nossa análise. No Mapa 1 é possível identificar a localização e delimitação das unidades administrativas e macrometrópole paulista.

Mapa1 – Unidades Administrativas e a Macrometrópole Paulista



Fonte: SDMETROPOLITANO, 2016

O órgão governamental responsável por administrar as unidades regionais é a subsecretaria de assuntos metropolitanos (SDMetropolitano) que, junto com os conselhos consultivos e de desenvolvimento e das câmaras temáticas, estabelecem proposições de políticas públicas que visam atender às demandas de cada uma das regiões administrativas.

A AGLOMERAÇÃO URBANA DE PIRACICABA E A ATIVIDADE INDUSTRIAL

Criada em 2012 pela lei complementar estadual N° 1.178, a aglomeração urbana de Piracicaba é composta por 22 municípios, polarizada pela cidade de Piracicaba e, secundariamente, por Limeira, Rio Claro e Araras. Todos os municípios polarizadores possuem mais de 100.000 habitantes, sendo o maior deles Piracicaba, com população estimada para 2016 de 394.419 habitantes, seguido por Limeira,

Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XIII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 15(0):101-120, jan./jun. 2017 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

com população de 298.701 habitantes, Rio Claro com 201.473 habitantes e Araras com 130.102 habitantes (IBGE, 2016). Verifica-se, portanto, que tais municípios não se enquadram nos critérios estabelecidos de pequenas cidades, pois além de possuírem um número elevado de habitantes, são cidades que exercem poder de centralização sobre os outros municípios enquadrados na aglomeração urbana de Piracicaba.

Analisando os 22 municípios desta unidade administrativa, observa-se com base na Tabela 1 que, com exceção dos municípios polarizadores, todos os outros municípios se enquadram como pequenas cidades.

Tabela 1 – Número de Habitantes das cidades da Aglomeração Urbana de Piracicaba

Cidade	População - 2010	População estimada 2016
Águas de São Pedro	2.707	3.205
Analândia	4.293	4.789
Araras	118.843	130.102
Capivari	48.576	53.731
Charqueada	15.085	16.608
Conchal	25.229	27.345
Cordeirópolis	21.080	23.517
Corumbataí	3.874	4.045
Elias Fausto	15.775	17.241
Ipeúna	6.016	7.047
Iracemópolis	20.029	22.914
Leme	91.756	100.296
Limeira	276.022	298.701
Mombuca	3.266	3.456
Piracicaba	364.571	394.419
Rafard	8.612	9.030
Rio Claro	186.253	201.473
Rio das Pedras	29.501	33.464
Saltinho	7.059	7.919
Santa Gertrudes	21.634	25.192
Santa Maria da Serra	5.413	5.962
São Pedro	31.662	34.595

Fonte: IBGE, 2016 – Org. Mauricio Lovadini

Cabe ressaltar que o município de Capivari tinha uma população estimada, no ano de 2010, de 48.576 habitantes e estimada, para 2016, em 53.731 habitantes, desta forma, por uma opção metodológica, o referido município se enquadrará nos critérios de pequenos municípios da análise, mesmo excedendo o número de 50.000 habitantes. Tal escolha deve-se à necessidade de contemplar uma diversidade de fatores que não se restringem ao número de habitantes e que atendem a critérios como grau de centralidade e de inserção nas unidades administrativas.

A escolha de um recorte espacial e a adoção de um critério quantitativo visa contribuir para as análises sobre a centralidade e as vantagens comparativas que esses pequenos municípios oferecem, estando intrincados em densa rede composta por circuitos espaciais da produção e uma rede de solidariedade formada pelos círculos de cooperação.

Partindo desse pressuposto, a aglomeração urbana de Piracicaba está localizada em uma densa teia de conexões entre fixos e móveis, compondo o que Selingardi-Sampaio (2009) denominou de Múltiplo Complexo Territorial Industrial Paulista.

Ocupa território de 6.998,15 quilômetros quadrados, contíguo à Região Metropolitana de Campinas, e está situada a apenas 152 quilômetros do terceiro maior PIB do País, a Região Metropolitana de São Paulo, recebendo influências sócio-econômicas destes dois importantes centros urbano-industriais. (SDMETROPOLITANO, 2016).

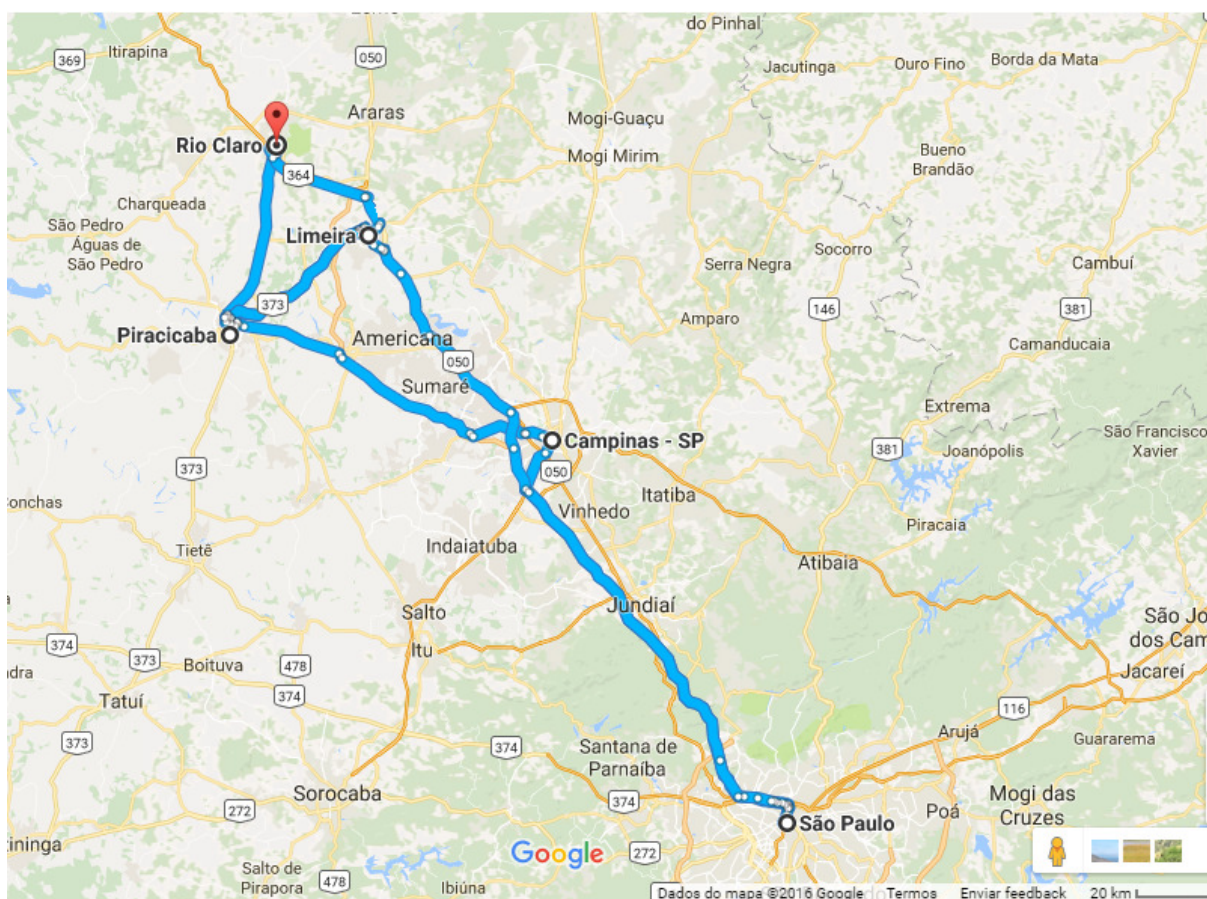
A aglomeração urbana de Piracicaba é composta por uma rede de fixos significativa para a fluidez do capital, interligada por importantes rodovias do Estado de São Paulo que cruzam esta unidade administrativa, como as Rodovias Anhanguera SP-330 e Bandeirantes SP-348 que ligam estas cidades a Campinas e São Paulo e a Rodovia Washington Luiz SP-310, importante via de ligação para o Oeste do Estado e região centro Oeste do Brasil. Todas essas rodovias são conectadas por rodovias secundárias que contribuem, sobremaneira, para o funcionamento dos circuitos espaciais da produção, tais como a Rodovia Luiz de Queiroz-SP-304 (Piracicaba - Americana), Fausto Santo Mauro SP-127 (Piracicaba - Rio Claro) e Laércio Cortê SP-147 (Piracicaba - Limeira). No Mapa 2 é possível verificar a interligação entre as cidades pelas rodovias mencionadas.

Diante da densa rede de transportes e comunicações instaladas no múltiplo complexo territorial paulista, alicerçado por circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação, torna-se possível constatar o crescimento de instalações de unidades produtivas dos mais diversificados gêneros industriais nas pequenas cidades que compõem o recorte espacial da aglomeração urbana de Piracicaba.

Indústrias em pequenas cidades...

Como exemplos emblemáticos desse fenômeno foi possível identificar que, dos 18 municípios da aglomeração urbana de Piracicaba, com exceção de Águas de São Pedro, os demais municípios possuem ao menos uma unidade produtiva industrial, independente do gênero fabril.

Mapa 2: Interligação pelas principais rodovias entre a aglomeração urbana de Piracicaba até São Paulo.



GOOGLE, 2016 - Org. Mauricio Lovadini.

Águas de São Pedro se caracteriza como uma Estância turística, dessa forma o município tem a sua economia voltada exclusivamente para o setor do turismo e serviços, através de uma ampla rede hoteleira e de restaurantes, além do comércio em geral. Assim sendo, é o único município da aglomeração urbana de Piracicaba que não possui uma política pública industrial e, conseqüentemente, indústrias de grande porte, segundo fonte informada na página virtual da prefeitura do município. “Em Águas de São Pedro, não existe zona rural e área destinada para a vinda de indústrias”. (<http://aguasdesaopedro.sp.gov.br/nossa-cidade/historia/> acesso em 22 de dez 2016)

Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XIII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 15(0):101-120, jan./jun. 2017 (ISSN 1678—698X)

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

Excetuando os municípios polarizadores como Piracicaba, Limeira, Rio Claro e Araras, além de Águas de São Pedro que não possui características industriais, a análise dos pequenos municípios do aglomerado urbano de Piracicaba em relação ao nível de industrialização, através de uma pesquisa por amostragem, que não tem como objetivo detalhar o número de estabelecimentos industriais e nem os ramos industriais existentes em cada município, revelou que todos eles possuem uma estrutura industrial que vem ganhando relevância recentemente, corroborando o papel dos pequenos municípios na dinâmica do processo de industrialização paulista e suas funções nos circuitos espaciais de produção e nos círculos de cooperação.

Das 16 pequenas cidades analisadas, várias possuem ao menos um distrito industrial. Saltinho ainda não possui distrito industrial, Mombuca está em processo de implantação desde 2013 e em Santa Maria da Serra as obras de infraestrutura tiveram início em 2015.

O município de Analândia é considerado uma estância climática, atraindo turistas por suas belezas naturais, mas no que tange o processo produtivo, a cidade conta com indústrias locais e nacionais, tais como a Indústria de Bebidas Aliança Ltda (Local), iGUi - Analândia Ind. de Piscinas Ltda (Capital Nacional) e a Mineração Jundu Ltda (Capital Nacional).

A cidade de Capivari é o maior dos municípios analisados, conta com uma maior rede de infraestruturas para abrigar grandes indústrias, tais como a multinacional canadense TW Espumas, produtora de espumas automotivas, instalada no ano de 2015 e com 6 unidades no Brasil. A empresa é um bom exemplo para compreender os circuitos espaciais de produção, tendo em vista que o objetivo desta empresa foi estar próxima de cidades com unidades produtivas de indústrias automobilísticas como Piracicaba (Hyundai), Sumaré (Honda), Itacemópolis (Mercedes-Benz), além de Sorocaba e Indaiatuba (Toyota). Capivari abriga também a indústria de capital japonês One Brasil (Mosb), produtora de peças em aço, por meio de processo de jateamento, usinagem e solda e, também, a indústria de capital nacional Thermototal que produz carrinhos de sorvetes para empresas como Kibon, Rochinha, Los paletos e Diletto.

Charqueada, localizada entre Piracicaba e São Pedro, possui um distrito industrial onde estão instaladas indústrias locais de metalurgia e, em 2015, a indústria de capital nacional Joplas, produtora de tubos e conexões, instalou uma das suas três unidades produtivas no município.

Conchal possui uma indústria de capital nacional responsável pela produção de estruturas metálicas. A SHED STEEL tem como clientes multinacionais como Sadia, AMBEV e Klabin.

O município de Cordeirópolis conta com grandes indústrias multinacionais e nacionais, como a multinacional Estadunidense Inteva Products, produtora de

autopeças (automação para janelas, interiores e controles de veículos para montadoras como Renault, Volkswagen e General Motors) que possui unidades em mais 8 países. Possui, também, um centro de distribuição e armazenagem da Nestlé, multinacional Suíça, com um grande número de unidades produtivas em vários países e a indústria de capital nacional Cutrale, produtora de Suco de Laranja, que conta com mais 6 unidades no estado de SP.

Os municípios de Corumbataí, Saltinho e Santa Maria da Serra possuem, exclusivamente, indústrias locais, sendo as cidades que possuem uma menor atração das analisadas. Podemos citar como exemplo a Corumbataí metais indústria e comércio Ltda., no município de mesmo nome, a Bressan, Indústria e comércio Ltda., que atua na fabricação e manutenção de equipamentos para os setores sucroalcooleiro e alimentício na cidade de Saltinho e a Plaza, indústria de farinha de mandioca na cidade de Santa Maria da Serra.

A cidade de Elias Fausto conta como uma empresa de capital nacional denominada Pet Food Solution, fabricante de alimentos para cães e gatos. Instalada em 2010, compõe a estrutura produtiva industrial, juntamente com as indústrias locais do ramo de metalurgia.

No município de Ipeúna está instalada a indústria brasileira Korin, especializada na criação de frangos sem o uso de antibióticos e na produção de diversificados produtos alimentícios orgânicos. Ipeúna abriga o polo industrial da Korin Agropecuária, o Centro de Pesquisa Mokiti Okada e a Korin Meio Ambiente. A referida cidade é conhecida como a “capital nacional da agricultura natural”.

Iracemápolis tem ganhado um dinamismo industrial nos últimos anos, contando com 2 distritos industriais com diversas indústrias locais, além da indústria de capital nacional Starplast - Indústria de capacetes, que também possui outra unidade em Salvador - BA. Cabe salientar que Iracemápolis entrou no cenário das grandes corporações multinacionais com a instalação da Mercedes Benz, em março de 2016. A nova unidade da Mercedes-Benz se destaca por algumas características como “Lean Culture (cultura enxuta) e produção verde que utiliza conceitos, processos e ações voltados à preservação do meio ambiente e à redução do consumo de recursos naturais” (www.mercedes-benz.com.br/institucional/empresa/iracemapolis. Acesso em 22 de dez - 2016).

A cidade de Leme abriga a multinacional japonesa Tstech, que atua na produção de estofados automotivos, sendo a maior fornecedora da montadora japonesa Honda, que possui unidades produtivas próximas como Sumaré e em Itirapina, com previsão de inauguração para 2017. O município conta, também, com a fábrica de brinquedos infláveis de capital nacional Playpark, instalada na cidade desde 2000.

Os municípios de Mombuca e Rafard possuem indústrias de capital nacional, a Collyquímica, na produção de produtos químicos de combate a pragas urbanas e

Tecno-Oil, indústria Oleoquímica, especializada no processamento e nas industrializações de óleos vegetais e gorduras; são destaques em Mombuca, Rafard a Kania Baterias, instalada no município em 2004, Parcan Group, que atua na produção de rolos e tambores para esteiras industriais e que possui mais duas unidades no nordeste do Brasil e a Rafitos, empresa do ramo alimentício de salgadinhos e sucos em pó.

Rio das Pedras tem instaladas indústrias de capital nacional, como Link Steel equipamentos industriais Ltda., que atua no desenvolvimento e fabricação de Equipamentos Industriais, correntes transportadoras e de transmissão e a PAINCO, que produz componentes seriados e conjuntos soldados em chapas grossas de aço carbono. A cidade também abriga a multinacional Arcor, que tem 5 unidades produtivas no Brasil e 39 na América Latina. Em Rio das Pedras, a produção é concentrada em balas, chicletes e pirulitos. A mencionada indústria está instalada no município desde 1981.

Santa Gertrudes faz parte do Arranjo Produtivo (APL) cerâmico formado pelos seguinte municípios: Santa Gertrudes, Rio Claro, Cordeirópolis e Limeira. Nesse APL estão instaladas grandes indústrias cerâmicas, tais como: Viva Cerâmica, Cerâmica Almeida, Cerâmica Formigres, dentre outras Porém o município abriga unidades produtivas de indústrias nacionais como a ISOTERM – produtora de caixas térmicas para usos profissional e lazer, a empresa possui uma filial em Santa Catarina.

Em 2015 foi instalada no município de São Pedro a multinacional coreana Saedong Brasil, que atua no ramo de autopeças e atende as montadoras Hyundai, Kia Motor's, General Motor's, além do mercado brasileiro e o MERCOSUL. Esse município possui, também, um distrito industrial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desse estudo foi trazer elementos para uma discussão sobre as pequenas cidades no contexto de internacionalização do capital, tendo como recorte espacial a aglomeração urbana de Piracicaba que está inserida na densa teia formada por circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação intrincada no *multicomplexo territorial industrial paulista*.

A partir dos exemplos expostos, podemos verificar que as pequenas cidades da aglomeração urbana de Piracicaba têm atraído cada vez mais indústrias em busca

de vantagens tradicionais e dinâmicas e atraído indústrias devido a sua localização privilegiada no interior do estado de São Paulo.

Nos últimos anos, a implantação industrial em pequenas cidades no interior do estado de São Paulo tem chamado a atenção, com a chegada de indústrias de capitais nacionais e estrangeiros. Nesse sentido, ocorre uma série de transformações no desenvolvimento econômico local configurando-se novas funções na divisão territorial do trabalho e da produção. Estas pequenas cidades passam a competir, portanto, com as cidades médias na atração de novas unidades produtivas industriais.

Com base no que foi exposto, fica evidenciada a importância que as pequenas cidades desempenham nos circuitos espaciais contemporâneos da atividade industrial e nos círculos de cooperação, rompendo com as tradicionais atividades econômicas que exerciam no passado no estado de São Paulo ou assumindo competitivamente novas funções produtivas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. A Era da informatização e a época da informalização. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

CAPEL, H. Las pequeñas ciudades en la urbanización generalizadas y ante la crisis global. Investigaciones Geográficas, **Boletín del Instituto de Geografía**, UNAM, v.70, p.7-32, 2009.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 43-52, 1999.

FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, número especial, p. 75-81, dez. 2010.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2014.

IBGE- Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 2010.
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>, Acesso em 29 de dez, 2016.

Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XIII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 15(0):101-120, jan./jun. 2017 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

JURADO DA SILVA, P. F. **Cidades pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP.**

Dissertação de mestrado - Presidente Prudente, 2011.

LENCIONI, S. Novos rumos e tendências da urbanização e a industrialização no Estado de São Paulo. In: LIMONAD, E. et al. (Orgs). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas.** São Paulo: Max Limonad, 2004.

LENCIONI, S. **A transformação sócio-territorial das principais áreas metropolitanas da América do Sul: Buenos Aires, São Paulo e Santiago.** A importância da indústria inovadora e de alta tecnologia no caso de São Paulo e sua relação com as transformações sócio-territoriais, USP. São Paulo, 2008.

MENDES, A. A. **Implantação Industrial em Sumaré: Origens, Agentes e Efeitos. Contribuição ao Estudo da Interiorização da Indústria no Estado de São Paulo.** Dissertação de mestrado, Rio Claro, 1991.

MENDES, A. A. Reestruturações Locais como Efeitos da Globalização Econômica: Uma Análise da Estrutura Produtiva Mutante do Pólo Têxtil de Americana – SP. **Tese** de Doutorado, Rio Claro, 1997.

MERCEDES-BENZ. <www.mercedes-benz.com.br/institucional/empresa/iracemapolis> acesso em 22 dez, 2016.

PREFEITURA DE ÁGUAS DE SÃO PEDRO. <www.aguasdesaopedro.sp.gov.br/nossa-cidade/historia> acesso em 22 de dez, 2016.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS (SDmetropolitano). <<http://www.sdmropolitano.sp.gov.br/portalsdm/piracicaba.jsp>>. Acesso em 28 de dez, 2016.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. **Indústria e território em São Paulo: a estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista: 1950-2005.** Campinas: Editora Alínea, 2009).

SPOSITO, E. S.; SANTOS, L. B. **O Capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.